

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012**

### **1) Histórico e Contexto Operacional**

A TECNOSOLO S/A foi fundada em 17 de outubro de 1957, dedicando-se às atividades ligadas a mecânica de solos, sondagens, fundações e contenções de encostas e ao controle tecnológico de qualidade e construção civil, incluindo-se mais tarde no objetivo social as atividades de estudos, projetos e gerenciamento de empreendimentos e, mais recentemente, a construção civil e a incorporação de empreendimentos imobiliários. Sua atuação cobre, assim, atualmente as mais diferentes atividades no campo da engenharia.

### **2) Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações financeiras da companhia referentes aos exercícios encerrados em 30/09/2012 e 31/12/2011 foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência dos exercícios.

### **3) Principais Práticas Contábeis**

#### **3.1. Aplicação da Lei 11.638/07**

As demonstrações financeiras da companhia foram apresentadas em conformidade com a Lei nº 11.638/07 e a MP nº 449/08, sendo irrelevantes os efeitos sobre o patrimônio dos exercícios findos em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

#### **3.2. Adoção inicial dos IFRs (CPCs)**

Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 30 de setembro de 2012, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos do CPC e normas complementares da CVM vigentes naquele exercício. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 30 de setembro de 2012 foram preparadas de acordo com os pronunciamentos do CPC, incluindo os novos pronunciamentos do vigente para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010. Dessa forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciado em 1º de janeiro de 2010.

#### **3.3. Principais práticas contábeis adotadas**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações são as seguintes:

### **3.3.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

### **3.3.2. Apuração e apropriação do resultado de obras por empreitada e por administração**

#### **Reconhecimento da Receita**

As receitas de prestação de serviços a este título são reconhecidas em função das medições e progresso físico das obras, seguindo assim o regime de competência.

#### **Reconhecimento de custos e despesas**

Os custos e despesas são apurados e reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, ou seja, quando mensuráveis e incorridos de acordo com o progresso físico das obras.

### **3.3.3. Ativos circulantes e não circulantes**

- **Disponibilidades e aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão avaliadas ao valor de custo, acrescidas dos rendimentos auferidos.

- **Contas a Receber**

São serviços medidos e faturados não recebidos, prestados em sua maioria ao Governo (Federal, Estadual e Municipal), ajustado ao valor presente quando aplicável, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

As Outras Contas a Receber representam Cauções e Medições a Faturar. As Cauções e Retenções tratam-se de valores dados como garantias ao serem firmados contratos de prestação de serviços, sendo estes devolvidos e recuperados pelos clientes no término do contrato. Já as Medições a Faturar representam os serviços efetivamente realizados, as quais as medições das obras estão em processo de aprovação e o faturamento consta ainda em fase de execução, cujos custos destes contratos também foram reconhecidos.

- **Estoques**

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, o qual não ultrapassa seu valor de mercado, sendo utilizado de acordo com a necessidade dos contratos para execução dos serviços. Com a atividade de incorporação e empreendimentos imobiliários foram registrados também os custos incorridos e o valor do bem imóvel destinado à venda, sendo estes custos reconhecidos em resultado à medida que os imóveis forem vendidos.

- **Imobilizado**

São apresentados ao custo histórico, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. As depreciações são computadas pelo método linear, levando em consideração as taxas descritas na Nota 12 e reconhecidas no resultado do período. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

- **Arrendamento Mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado pelo valor do bem e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor das parcelas obrigatórias do contrato, deduzido, em conta redutora, dos juros implícitos, os quais são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

- **Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável, quando o caso. As marcas e patentes encontram-se a valores históricos.

### **3.3.4. Passivos circulantes e não circulantes**

Os passivos circulantes e não circulantes são reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxa de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

### **3.3.5. Provisões**

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

As estimativas de ganhos e perdas são frequentemente avaliadas pelos assessores jurídicos da Companhia, com base nas premissas que são informadas, desta forma são reavaliadas as provisões

contábeis efetuadas.

### **3.3.6. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para atividade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível com base em contrato de venda firme em uma transação em bases cumulativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não foram apuradas perdas a serem contabilizadas.

### **3.3.7. Ajuste a valor presente**

Os ativos circulantes nos quais tiveram perdas relevantes foram ajustados a valor presente, utilizando a taxa de desconto de 1% a.m.

### **3.3.8. Transações entre Partes Relacionadas**

De acordo com a Deliberação CVM nº 26/86, não há transações entre partes relacionadas nas demonstrações financeiras da companhia.

### **3.3.9. Instrumentos Financeiros**

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com a Instrução CVM nº 235/95, existentes em 30/09/2012 são: aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, cujos saldos estão registrados por valores baseados em taxas e encargos contratuais, equivalentes ao de mercado.

### **3.3.10. Instrumentos Financeiros Derivativos**

Em conformidade com a Instrução CVM nº 550 de 17/10/08, não há informações de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações financeiras.

### **3.3.11. Ônus reais sobre elementos do ativo**

Não há ônus reais sobre elementos do ativo.

## **4) Disponibilidades**

	<b>30/09/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Caixa	2	2
Bancos c/ Movimento	19	9
Aplicações Financeiras	20	1.022
Fundo Fixo	869	201
	<b>910</b>	<b>1.234</b>

## 5) Contas a Receber

	<b>30/09/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Clientes	16.417	37.955
Ajuste a Valor Presente	-1.281	-2.435
Cauções e Retenções	317	317
Medições a Faturar	6.339	32.714
	<b>21.792</b>	<b>68.551</b>

## 6) Devedores por Decisão Judicial

Os valores registrados em Itens Extraordinários referem-se ao Processo 14095474525-7, transitado em julgado favorável a TECNOSOLO S/A, em junho/04 na 5ª Vara da Fazenda Pública – Salvador - BA, tendo como ré a SURCAP - Superintendência de Urbanização da Capital – Município de Salvador – BA. Com base em parecer da assessoria jurídica, decidiu a administração refazer espontaneamente as demonstrações financeiras com base em 31.12.2005, dos itens relacionados ao referido ativo judicial, visando adicionar maiores esclarecimentos quanto aos registros contábeis, bem como aperfeiçoamento dos critérios de valorização do referido ativo, destacando também os respectivos reflexos nas demonstrações financeiras com base em 30.09.2012. Considerando o referido Parecer Jurídico adotamos já a partir do exercício de 2005 a contabilização do valor integral da ação, devidamente atualizado pelo INPC, mais juros de 0,5% a.m. (índice determinado pela justiça). O referido processo está aguardando sentença de execução. Todas as tentativas de uma quitação em âmbito administrativo foram sem sucesso, restando, portanto a execução judicial. Após a

sentença de execução da dívida, deverá ser emitidos pelo Município de Salvador títulos da dívida do município na forma de Precatórios, que serão incluídos no orçamento do próximo exercício, e incluídos na programação de pagamentos, que é ordenada cronologicamente a partir dos precatórios mais antigos. O prazo mínimo para início de pagamento desses precatórios é de dez anos, e as informações atuais indicam que na Prefeitura de Salvador o prazo estimado é de dezessete anos. A expectativa de realização deste Ativo Judicial volta-se então para o mercado secundário, que segundo o parecer jurídico tem operado com um deságio no patamar de 60%. Esse mercado, porém fica restrito ao âmbito municipal de Salvador-BA, o que torna muito difícil afirmar qual será a taxa efetiva de deságio e o prazo de realização deste ativo Judicial, na época em que o respectivo precatório estiver em condições de ser negociado no mercado secundário. Considerando essas questões informamos a seguir o registro do referido ativo judicial:

<b>ATIVO REALIZ. LONGO PRAZO</b>		
<b>Itens Extraordinários</b>		
<b>Devedores por decisão judicial</b>	<b><u>30/09/2012</u></b>	<b><u>31/12/2011</u></b>
Devedores por decisão judicial – Completo	28.889	27.748
Honorários Advogados	14.994	13.902
Atualização e Juros	46.079	41.761
Prov. Honorários Advogados a Realizar	(14.994)	(13.902)
<b>Saldo do Período</b>	<b>74.968</b>	<b>69.509</b>

## 7) Estoques

	<b><u>30/09/2012</u></b>	<b><u>31/12/2011</u></b>
Materiais Diversos	8.231	8.354
Imóveis destinados à Venda	437	437
	<b>8.668</b>	<b>8.791</b>

## 8) Impostos a Compensar

	30/09/2012	31/12/2011
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	211	863
Contribuição Social Retida s/ Faturas	71	458
INSS Retido s/ Faturas	46	344
Saldo Negativo de IRPJ	2.969	248
Saldo Negativo de CSLL	718	56
INSS a Compensar	390	-
ISS a Compensar	15	-
FGTS a Compensar	2	2
	<b>4.422</b>	<b>1.971</b>

São registrados impostos retidos no recebimento do faturamento e saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, reduzindo o saldo à medida que forem compensados com impostos a pagar.

## 9) Despesas Antecipadas

	30/09/2012	31/12/2011
Seguros a Apropriar	36	119
Assinaturas e Anuidades	-	2
Assistência Médica	-	-
Vale-Transporte	-	3
IPTU	31	-
Outras Despesas Pagas Antecipadamente	13.000	0
Total	<b>13.067</b>	<b>124</b>

Ativo Circulante	667	124
Ativo Não Circulante	12.400	-

Representam pagamentos antecipados, as quais a prestação do serviço ocorrerão em momento posterior.

## 10) Outros Ativos Circulantes

### 10.1. Adiantamentos

	30/09/2012	31/12/2011
Adiantamento a Funcionários	10	8
Adiantamentos a Fornecedores	16	4.029
	26	4.037

Registram os pagamentos na contratação de fornecedores de materiais e bens à título de antecipação para cobertura de custos na colaboração de produtos específicos, só fornecidos sob encomenda. Também estão registrados os adiantamentos de salários pelos respectivos pagamentos.

### 10.2. Suprimentos para Serviços

	30/09/2012	31/12/2011
Suprimentos para Serviços	652	658
	652	658

Os Suprimentos para Serviços correspondem os valores concedidos a serem utilizados nas obras, os quais são posteriormente comprovados os gastos e reconhecidos nas devidas despesas.

### 10.3. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

De acordo com as disposições contidas na Deliberação 273/98 e Instrução 371/02 da CVM foram reconhecidos os créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os prejuízos fiscais, ajustando assim o valor do ativo diferido na expectativa de sua realização conforme estabelecido no art. 4º da Instrução 371/02. A previsão de sua realização será em 2012 . Estes créditos foram baseados em estudos técnicos de viabilidade, examinados pelo Conselho Fiscal e



aprovados pelo Conselho de Administração os quais indicaram a plena recuperação desses impostos diferidos. Segue o cronograma da realização dos impostos diferidos:

	30/09/2012	31/12/2011
IRPJ e CSLL Diferidos	392	628
	<u>392</u>	<u>628</u>

## 11) Depósitos Judiciais

	30/09/2012	31/12/2011
Reclamações Trabalhistas	2.233	952
Títulos Diversos	505	402
	<u>2.738</u>	<u>1.354</u>

Estes valores compõem-se de reclamações trabalhistas e depósitos judiciais, as quais os processos judiciais constam em julgamento, pendentes de decisão.

## 12) Imobilizado

Demonstrados pelo valor de custo de aquisição deduzidos da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais levando em consideração a vida útil econômica dos bens. Representado como segue:

	TAXAS ANUAIS DE DEPRECIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO 30/09/2012	VALOR LÍQUIDO 31/12/2011
Máquinas e Equipamentos	10%	6.049	6.759
Móveis e Utensílios	10%	411	437
Terrenos	-	680	980
Edificações	4%	3.598	7.235
Instalações	10%	96	109
Veículos	20%	261	307
Programas e Softwares	20%	428	457
Computadores e Periféricos	20%	145	288
Leasing e Consórcio - Imobilizado Arrendado	-	974	974
		<u>12.642</u>	<u>17.546</u>

### 13) Intangível

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Marcas e Patentes	35	35
Software	106	106
Cessão de Direitos	3.300	3.000
	<u>3.441</u>	<u>3.141</u>

### 14) Obrigações Sociais

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Inss a Pagar	1.627	194
FGTS a Pagar	2.020	237
Sindicato de Classe	347	261
	<u>3.994</u>	<u>692</u>

### 15) Obrigações Trabalhistas

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Salários a Pagar	2.623	1.088
Quitações a Pagar	4.781	963
Honorários do Conselho Fiscal	16	16
Diárias e Ajudas de Custo	50	54
Pensão Alimentícia	8	3
Empréstimos Consignados	16	26
Honorários de Terceiros	34	-
Vale Alimentação	2	84
Vale Transporte	-	14
	<u>7.530</u>	<u>2.248</u>

### 16) Fornecedores

<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
-------------------	-------------------

Fornecedores	30.013	12.587
	<u>30.013</u>	<u>12.587</u>

Registram as compras de materiais e aquisição de serviços que ainda não foram pagos, utilizados na execução da prestação do serviço.

## 17) Obrigações Fiscais

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.894	198
Pis a Pagar	558	30
Cofins a Pagar	2.641	44
Tributos Lei 10.833/03	825	8
Iss a Pagar	5.220	6.471
Parcelamento de FGTS	2.427	1.571
Parcelamento de Inss	11.324	11.879
Parcelamento de IRPJ e CSLL	164	-
Parcelamento de Pis e Cofins	4.686	4.508
Refis	16.443	16.451
Juros a Apropriar – Parcelamentos Federais	-905	-
Parcelamento de Iss	851	110
Outros	2.417	441
	<u>48.545</u>	<u>41.711</u>
Passivo Circulante	13.222	7.505
Passivo Não Circulante	35.323	34.206

A dívida tributária está representada pelo valor original do imposto devido. Os parcelamentos são acrescidos de encargos e atualização de acordo com a legislação.

## 18) Empréstimos e Financiamentos

	<b>PASSIVO CIRCULANTE 30/09/2012</b>	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO 30/09/2012</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE 31/12/2011</b>	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO 31/12/2011</b>
Banco Banrisul	1.416	2.095	2.617	511
Bic Banco	3.137		2.375	
Banco Itaú	338	381	1.572	106
Banco Safra	151	143	152	143
Banco Bradesco	2			
Banco PINE	3.342		4.990	
Banco BVA	1.129	41.956	6.751	44.613
Banco Mercantil	3.312	2.222	4.182	
Encargos a Apropriar	-1.482	-12.318	-5.298	-11.845
Outros	1.046	827	1.033	901
	<b>12.391</b>	<b>35.306</b>	<b>18.374</b>	<b>34.429</b>

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos no passivo circulante quando vencíveis dentro do exercício social e, no exigível a longo prazo a serem liquidados no exercício seguinte. Os empréstimos registrados referem-se a contratos de abertura de crédito de Capital de Giro acrescidos de encargos financeiros variáveis, garantidos por aval dos acionistas controladores e contratos de prestação de serviços.

## 19) Outras Obrigações

	<b>30/09/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Dividendos	1.115	1.115
Credores Diversos	260	200
Cauções Retidas de Terceiros	46	46
Empréstimos concedidos pelos sócios	377	324
Reembolso a Pagar	395	285
	<b>2.193</b>	<b>1.970</b>

## 20) Provisões de Férias e Décimo Terceiro

	<b>30/09/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Provisão de Férias	242	1.717
Provisão de Décimo Terceiro	173	422
Provisão de Encargos s/ Férias	144	629

Provisão de Encargos s/ 13o. Salário	83	-
	642	2.768

As Provisões de Férias e de Décimo Terceiro são constituídas mensalmente com base no saldo existente acrescida dos respectivos encargos sociais.

## 21) Provisões para Contingências

	30/09/2012	31/12/2011
Processos Trabalhistas	5.489	-
	5.489	-

As provisões contabilizadas referem-se principalmente a contestação em processos trabalhistas, envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores, estabelecida com base nas opiniões de consultores jurídicos da Companhia em que a perda é provável.

Os consultores jurídicos consideram que diversos processos são possíveis de perda, somando o montante de R\$ 11.841 em 30 de setembro de 2012.

## 22) Capital Social

O capital social é de R\$ 14.922 mil, dividido em 99.305.085 ações, sendo 35.305.085 ações ordinárias e 64.000.000 ações preferenciais, conforme Ata 971o da Reunião do Conselho de Administração realizada em 21/03/2012. As ações preferenciais terão prioridade ao reembolso de Capital em caso de liquidação da Companhia e, na distribuição de dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido.

## 23) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Em decorrência dos ativos e passivos já estarem sendo reconhecidos e avaliados à valores próximos do preço de mercado, não foi necessário registrar Ajustes de Avaliação Patrimonial às demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

## 24) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do trimestre atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, excluídas as ações em tesouraria, se houver.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido ajustado atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o trimestre mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

Em 30/09/2012 não foi demonstrado o Lucro por Ação, tendo em vista que apresenta resultado negativo com um prejuízo acumulado de R\$ 67.139 e no terceiro trimestre de 2012 um prejuízo de R\$ 5.937.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação em 30/09/2011 e no terceiro trimestre de 2011:

	3o TRIMESTRE 2011	RESULTADO ACUMULADO
	01/07/11 A 30/09/11	01/01/11 A 30/09/11
<b>Numerador</b>		
<b>Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia</b>		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	42	342
Lucro disponível aos acionistas ordinários	20	169
<b>Total</b>	62	511

<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações preferenciais	64.000	64.000
Média ponderada de número de ações ordinárias	32.000	32.000
<b>Total</b>	<b>96.000</b>	<b>96.000</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação</b>		
Ação preferencial	0,00065	0,00530
Ação ordinária	0,00065	0,00530

## 25) Evento subsequente

Em 03 de agosto de 2012, a Companhia informou que ajuizou o pedido de recuperação judicial, através do processo no. 0314091-97.2012.8.19.0001 em trâmite na 7ª Vara Empresarial da Comarca da capital do Rio de Janeiro, em conformidade com a Lei no. 11.105/05. O pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação econômico-financeira da Companhia e para proteger a continuidade dos serviços por ela prestados.

Em 29 de agosto de 2012, foi deferido o processamento da recuperação judicial, nomeando o administrador judicial e determinando a suspensão de todas as ações e execuções, na forma do art. 6º. da Lei no. 11.105/05.

Em 09 de novembro de 2012 foi apresentado nos autos, o Plano de Recuperação Judicial em atendimento ao artigo 53 da Lei no 11.101/05.

### DIRETORIA

Marcelo Sénges Carneiro – Diretor – Presidente; André Luis Cavalcanti de Moraes Camacho – Diretor Vice-Presidente; Kátia Mosso Ferreira – Diretora Vice-Presidente; **Contador** - Daniel Joaquim França Jr. – CRC-RJ 049947/0-3.